

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

DIRECÇÃO DE
CARLOS MOREIRA AZEVEDO

C-I

COORDENAÇÃO DE:

Ana Maria Jorge
Ana Maria Rodrigues
António Camões Gouveia
António Matos Ferreira
David Sampaio Barbosa
José da Silva Lima
Luís Filipe Thomaz
Paulo F. Oliveira Fontes
Samuel Rodrigues

SECRETARIADO:

Jacinto Salvador Guerreiro

CAPA E DESIGN GRÁFICO:
Fernando Rochinha Diogo
REVISÃO TIPOGRÁFICA:
Fotocompográfica, Lda.
CARTOGRAFIA:
Fernando Parçal
COMPOSIÇÃO:
Fotocompográfica, Lda.
FOTOMECÂNICA:
Fotocompográfica, Lda.

© **Círculo de Leitores SA e Centro de Estudos
de História Religiosa da Universidade Católica
Portuguesa**

Primeira edição para a língua portuguesa
Impresso e encadernado em Setembro de 2000
por Printer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda.
Casais de Mem Martins, Rio de Mouro

Edição n.º 4195
Depósito legal n.º 153 274/00
ISBN 972-42-2383-3

EPIGRAFIA RELIGIOSA. «Ah! Quem me dera que se escrevessem as minhas palavras e se consignassem num livro, gravadas por estilete de ferro numa lâmina de chumbo, ou se esculpissem em pedra, para sempre!», exclamou Job. Consubstanciam estas palavras do profeta os motivos profundos que, em todos os tempos, levaram o Homem a querer perpetuar em materiais duradouros, através da escrita, os seus sentimentos mais fortes. E que outro sentimento poderá haver mais forte que a *devotio*, a entrega a uma divindade? Por isso assume primordial papel como fonte histórica a epigrafia religiosa. Estão de acordo os pré-historiadores na afirmação de que já muitas gravuras rupestres detêm significação mágico-religiosa: a representação do animal prenhe era invocação a uma deusa da fecundidade em prol da multiplicação da espécie; a seta que o atinge, o pedido para que seres divinos propiciassem a sua captura. Quando o Homem decidiu romper com o anonimato dos seus mortos e encomendá-los ao Além (v. MORTE), foi à escrita sobre pedra que obviamente lançou mão. Aí estão, para o provar, apesar de (ainda) indecifradas, as estelas do Sudoeste datáveis da Idade do Ferro. Não sabemos, por isso também, se os povos pré-romanos já tinham o hábito dos ex-votos*, prática

ção intrínseca à natureza humana: decerto que sim, se atentarmos na facilidade com que adoptaram o modelo romano – na tipologia e no formulário, latinizando o teónimo invocado. E vão ser, pois, os monumentos epigráficos as fontes privilegiadas – únicas, por vezes – para o estudo da religiosidade dos povos que, em tempos pré-romanos, habitaram o actual território português. Aras e ámulas, pedestais, penedos inscritos, placas marmóreas ou figurinhas votivas... – todo um manancial que informa sobre teónimos, dedicantes, difusão de cultos, motivos de devoção, rituais cumpridos. Deuses indígenas, deuses oficiais romanos, divindades orientais... Mas também o culto dos mortos e a utilização política da religião por via das homenagens ao imperador. O contexto original dos monumentos tem sido um dos principais alvos da investigação. O pedestal foi pensado para figurar no recinto sacro; a placa identifica frequentemente o templo; as figurinhas seriam colocadas no local das oferendas. Aras e ámulas iriam também para aí, mas igualmente poderiam figurar no larário familiar. O texto obedece a regras precisas que a tradição acabaria por consolidar: a consagração ao deus (*Veneri sacrum*, por exemplo); a identificação singela do dedicante (que, perante a divindade, não há que ostentar títulos de... nobreza!); o motivo da dedicatória (*ex voto*, resultado de uma promessa, *ex visu*, porque a divindade lhe apareceu, *pro salute*, pela saúde de alguém...); e a fórmula fi-



Ara romana dedicada ao deus Marte. Idanha-a-Velha.

nal – *votum animo libens solvit*, por exemplo. Merecerá que nos debrucemos sobre o significado último desta fórmula, cuja estereotipia revela, porém, uma atitude que, bem pensadas as coisas, não andarão longe do quotidiano actual. Primeiro, *animo libens*, «de livre e espontânea vontade» – que doutra forma o «contrato» carecia de validade; depois, *votum solvit*, «cumpriu a promessa», ou, traduzindo à letra, «dissolveu a promessa», o vínculo contraído assim se desata, desaparece. Ou seja, tal como hoje ao darmos a esmola raramente nos preocupamos em indagar do seu destino, com a entrega do monumento findava, para o Romano, a obrigação – porque, além do texto perdurável, a representação do fôculo e de eventuais objectos rituais perpetuava devotamente o desejo. Por vezes, nomeadamente num santuário, o nome do dedicante chegava a preceder o teónimo – que o acto devia ser público e todos precisavam sabê-lo. Este ansio de perpetuidade que a religião possibilita mais se afirma nos epitáfios – que o culto dos mortos, a epigrafia funerária, também se há-de incluir na religião, pois é precisamente aí que tocamos o universo religioso de antanho. O espaço do morto é sagrado – *D(is) M(anibus) S(acrum)*, «consagrado aos deuses Manes»; com tantos anos de idade, o defunto aí está (*hic situs est*) e ao transcunte cumpre augurar-lhe «que a terra te seja leve» (*sit tibi terra levis*). Esta, aliás, é uma diferença substancial em relação aos epitáfios cristãos generalizados a partir do século VI da nossa era: nestes, o defunto descansou na paz do Senhor (*requievit in pace*) num dia preciso, já não pertence ao mundo de cá e apenas o podemos imaginar junto de Deus, não entre nós. Entre nós, todavia, ao tempo dos Romanos, estava um outro deus, o imperador. Flâmines e flâminias e o colégio dos séxviros augustais encarregavam-se de lhe manter o culto – a nível local, provincial e em Roma; amiúde passava a *divus*, após a morte; a partir do século III, não raro é *deus et dominus*, honrado D. N. M. E. – *devotus numini maiestatique eius* – «por devoção ao seu nûmen e majestade». Passou a Idade Média sem grande epigrafia religiosa: os restos mortais não mereciam especial atenção; igrejas, vitrais e baixos-relevos traziam as necessárias legendas, nem de mais nem de menos. O reencontro com a Antiguidade Clássica, no Renascimento, fará ressurgir, porém, os hábitos epigráficos religiosos. Por toda a parte se multiplicarão exemplos, copiados inclusive da Antiguidade, numa estranha mescla de paganismo e devoção cristã: o epitáfio de um nobre pode vir encimado pelas siglas D. O. M., «ao Deus Ótimo Máximo», reflexo do romano I. O. M. (*Iovi Optimo Maximo*, «a Júpiter Ótimo Máximo»); lava-se placa *NUMINI MAIESTATIQUE*, ao nûmen e à majestade de um Sumo Pontífice, como se de imperador romano se tratasse, nimbado de mística auréola. No século XIX, as tábuas de milagres serão, porventura, uma das manifestações epigráficas mais curiosas da religiosidade popular: «Milagre que fez Nossa Senhora do Desterro a José da Silva Laranja e seus companheiros que, estando no dia 3 de Maio de 1839 no mar, lhes carregou uma grande tempestade que se viram em perigo de vida e recorrendo à dita Senhora vieram a salvamento.» Uma religião do quotidiano.



Ex-voto à divindade pré-romana Endovélíco, venerada em Terena (Alandroal).

O Liberalismo provocara, entretanto, uma epigrafia combativa. Sirva-nos como exemplo a placa que, no santuário mariano da Conceição, em Angra do Heroísmo, é dedicada «por subscrição de alguns amigos, parentes e admiradores» ao cônego Francisco Rogério da Costa, que ali foi vigário de 1856 a 1886, «iniciador, nesta diocese, das solenes festividades da 1.ª Comunhão, Mês de Maria, La Salette e outras», acrescentando-se: «Orador insigne, incansável até à morte no ministério do púlpito que exerceu com estranho brilho e desassombro.» Militância que se compreende, como sinal dos tempos. Sinal dos tempos é, também, o que diariamente nos toca, ao passarmos, por exemplo, em Lisboa, junto do monumento ao Dr. Sousa Martins – a epígrafe volta a ter aqui, no anonimato embora, o papel fundamental que ao tempo dos Romanos desempenhou: fixar para sempre a devoção. Nessa perpetuidade reside, afinal, o seu particular encanto – e até as «orações ao Divino Espírito Santo» espalhadas pelos jornais se integram nesse horizonte «epigráfico» em roupagens de modernidade.

JOSE D'ENCARNAÇÃO

BIBLIOGRAFIA: ENCARNÇÃO, José – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: INCM, 1975. GARCIA, José Manuel – *Religiões antigas de Portugal*. Lisboa: INCM, 1991. VASCONCELOS, José Leite de – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: INCM, 1988-1989. 3 vol.